



Universidade De Brasília- UnB

*Campus Ceilândia*

Trabalho de Conclusão de Curso- Saúde Coletiva

Luanna Pereira Nascimento

## **Educação sexual com adolescentes no Brasil: uma revisão de literatura**

**Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Universidade de Brasília,  
Faculdade de Ciências e Tecnologias da  
Saúde, *Campus* de Ceilândia como  
requisito parcial para obtenção de grau  
de bacharel em Saúde Coletiva.**

**Orientador: Prof°. Dr Sergio Ricardo  
Schierholt**

CEILÂNDIA – DF

2025

LUANNA PEREIRA NASCIMENTO

**Educação sexual com adolescentes no Brasil: uma revisão de literatura**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade de Brasília, Faculdade de Ciências e Tecnologias da Saúde, *Campus* de Ceilândia como requisito parcial para obtenção de grau de bacharel em Saúde Coletiva.

Orientador: Prof.º. Dr. Sergio Ricardo Schierholt

CEILÂNDIA – DF

2025

## FICHA CATALOGÁFICA

PP436ee      Pereira Nascimento, Luanna.  
Educação sexual com adolescentes no Brasil: uma revisão  
de literatura / Luanna Pereira Nascimento;

Orientador: Sergio Ricardo Schierholt. Brasília, 2025.  
48 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação - Saúde  
Coletiva) Universidade de Brasília, 2025.

1. Educação Sexual. 2. Políticas públicas. 3. Saúde  
sexual e reprodutiva. 4. Adolescentes. I. Ricardo  
Schierholt, Sergio, orient. II. Título.

LUANNA PEREIRA NASCIMENTO

EDUCAÇÃO SEXUAL COM ADOLESCENTES NO BRASIL: UMA REVISÃO DE  
LITERATURA

Brasília, 21/07/2025

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Sérgio Ricardo Shierholt

Faculdade de Ceilândia – Universidade de Brasília- UnB

Faculdade de Ciências e Tecnologias da Saúde- FCTS

Orientador

---

Prof. Dr. Pedro de Andrade Calil Jabur

Faculdade de Ceilândia – Universidade de Brasília- UnB

Faculdade de Ciências e Tecnologias da Saúde- FCTS

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Inez Montagner

Faculdade de Ceilândia – Universidade de Brasília- UnB

Faculdade de Ciências e Tecnologias da Saúde- FCTS

## **DEDICATÓRIA**

Este trabalho é dedicado aos discentes de todas as instituições de ensino, seja da rede pública ou privada, que em meio as suas trajetórias se dedicam a ensinar aos alunos a importância do cuidado consigo e com o próximo, apesar de não terem a capacitação considerada necessária sobre a saúde sexual, compreendem a importância de abordar sobre essa temática.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus, por me conceder força, sabedoria e serenidade em cada etapa desta caminhada. Chegar até aqui foi um percurso cheio de desafios, aprendizados e transformações. E, apesar de o nome neste trabalho ser apenas o meu, ele carrega muito mais do que um esforço individual — carrega o amor, o apoio e a presença de quem caminhou comigo em cada passo.

Aos meus pais, Arlete e Marco, minha eterna gratidão. Obrigada por serem minha fortaleza nos dias difíceis, por cada gesto de cuidado, por cada palavra de encorajamento e, principalmente, por nunca deixarem de acreditar em mim. Vocês me ensinaram a ser forte, a persistir e a sonhar — e este trabalho é, em grande parte, fruto desses ensinamentos.

Ao meu irmão Lucas, pela cumplicidade silenciosa e pelas palavras de incentivo nos momentos certos. Sua presença discreta, mas firme, foi fundamental para que eu me mantivesse forte e determinada.

Ao meu orientador, Sergio, pela orientação, paciência e disponibilidade ao longo do desenvolvimento deste trabalho, contribuindo de forma essencial para a minha formação acadêmica

E, com um carinho especial, agradeço também ao meu cachorro Duque, cuja companhia fiel e amorosa trouxe leveza aos dias mais cansativos. Nos momentos de estresse e solidão, seu olhar tranquilo e suas pequenas alegrias me lembraram da importância do afeto e da pausa. A cada um de vocês, meu mais sincero obrigada.

“Seja a mudança que quer ver no mundo”

(Mahatma Gandhi)

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar criticamente como a educação sexual tem sido abordada nas escolas brasileiras ao longo dos últimos seis anos (2019–2024), considerando os desafios e as potencialidades para a promoção da saúde sexual e reprodutiva de adolescentes. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, conduzida por meio de revisão bibliográfica de 18 artigos selecionados nas bases da Biblioteca Virtual em Saúde, com recorte temporal e temático rigorosamente definidos. Os resultados evidenciam que, apesar de políticas públicas como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e o Programa Saúde na Escola (PSE), a abordagem da educação sexual nas escolas permanece marcada por discursos conservadores, práticas pedagógicas reducionistas, falta de formação docente e resistência institucional. Também se destaca a influência de valores religiosos na construção de um ambiente escolar pouco receptivo à diversidade sexual e de gênero. O estudo propõe como caminhos o fortalecimento das políticas intersetoriais, a qualificação dos profissionais da educação e saúde, e a adoção de metodologias dialógicas que reconheçam os adolescentes como sujeitos de direitos. Conclui-se que uma educação sexual crítica, inclusiva e emancipadora é essencial para a formação integral dos jovens e para a construção de uma sociedade mais equânime e informada.

**Palavras-chave:** Educação sexual; Adolescentes; Políticas públicas; Saúde sexual e reprodutiva; Brasil.

## **ABSTRACT**

The present Undergraduate Thesis aims to critically analyze how sexual education has been addressed in Brazilian schools over the last six years (2019–2024), considering the challenges and potentialities for promoting the sexual and reproductive health of adolescents. This is a qualitative research, conducted through a literature review of 18 articles selected from the Virtual Health Library databases, with a strictly defined temporal and thematic focus. The results show that, despite public policies such as the National Curriculum Parameters (PCN) and the Health at School Program (PSE), the approach to sexual education in schools remains marked by conservative discourses, reductionist pedagogical practices, lack of teacher training, and institutional resistance. The influence of religious values in shaping a school environment that is not very receptive to sexual and gender diversity is also highlighted. The study proposes as paths forward the strengthening of intersectoral policies, the qualification of education and health professionals, and the adoption of dialogical methodologies that recognize adolescents as subjects of rights. It concludes that a critical, inclusive, and emancipatory sexual education is essential for the integral development of young people and for building a more equitable and informed society.

**Keywords:** Sexual education; Adolescents; Public policies; Sexual and reproductive health; Brazil.

## **LISTA DE SIGLAS/ABREVIações**

UNESCO- Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

OMS- Organização Mundial de Saúde

ISTs- Infecções Sexualmente Transmissíveis

HIV- Imunodeficiência Humana

AIDS- Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

EIS- Educação Integral em Sexualidade

SSR- Saúde Sexual e Reprodutiva

LGBTQIA+ -Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e outros grupos

CSR- Comportamentos Sexuais de Risco

PeNSE- Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar

MEC- Ministério da Educação

PSE- Programa Saúde na Escola

PCN- Parâmetros Curriculares Nacionais

PBSH- Programa Brasil sem Homofobia

SPM- Secretária Especial de Políticas para as Mulheres

GDE- Programa Gênero e Diversidade na Escola

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2. JUSTIFICATIVA</b> .....	14
<b>3. OBJETIVOS</b> .....	15
3.1 Objetivo Geral.....	15
3.2 Objetivos Específicos.....	15
<b>4. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	15
<b>5. METODOLOGIA</b> .....	18
<b>6. ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA</b> .....	21
<b>7. RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	22
7.1 Sexualidade na percepção dos adolescentes na rede pública e privada.....	25
7.2 Políticas públicas e práticas intersetoriais na educação sexual com adolescentes .....	28
7.3 Participação e preparo dos professores em relação a educação sexual .....	34
7.4 A interferência das crenças e ideologias religiosas sobre a educação sexual .....	38
<b>8. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	41
<b>9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	43

# 1. INTRODUÇÃO

A definição de educação sexual é conceituada como um processo amplo que envolve toda a ação formal e informal construindo concepções diversas sobre a sexualidade humana. A educação sexual acontece em todos os âmbitos sociais, de modo intencional ou não intencional (Figueiró, 1996; Maia, 2005; Werebe, 1988; Ribeiro, 1990). Deste modo, todos nós, somos alvos de um processo de educação sexual e entender como isso funciona, nos permite sanar possíveis problemas futuros. A fase da adolescência é caracterizada por grandes mudanças emocionais, cognitivas, sociais e corporais. Além disso, é importante ressaltar as transformações que ocorrem nos relacionamentos afetivos entre os jovens, bem como em relação à sua sexualidade.

Falar sobre este assunto é algo que sempre teve bastante pudor, de acordo com Priore (2011), no século XIX, apenas as ciências estavam autorizadas a falar sobre o sexo, disso nasciam as primeiras classificações científicas do que diziam ser certo ou errado e cada circunstância histórica vai trazer uma visão de sexo e de sexualidade que lhe acomoda.

É importante ressaltar que quando falamos em sexualidade, nos referimos a um conceito vasto e extenso que representa concepções não apenas sociais como também culturais (Guimarães, 1995; Maia, 2001; Reis, Ribeiro, 2002; Reis, Ribeiro 2005; Ribeiro, 1990). A sexualidade não diz respeito ao sexo ou as relações sexuais, todavia diz respeito a uma série de valores em relação as questões relacionadas ao corpo, ao sexo e também a construção de gêneros (Maia, 2008).

A interligação entre os elementos biológicos, psicológicos, sociais e culturais na vivência do adolescente é algo inseparável, não sendo possível dissociar tais experiências. É justamente a combinação dessas características que confere singularidade ao fenômeno da adolescência, é durante esse período, que ocorre um intenso florescimento hormonal e também emocional (Ahlert, 2021).

No começo do século XX o Brasil dava início a tentativa de incluir a temática de educação sexual nas escolas, para obter o controle das doenças sexualmente transmissíveis. Em 1928, o Congresso Nacional aprovou a proposta de incluir essa temática nas escolas e, em 1930, criou o Departamento Nacional da Criança, com o objetivo de proteger a infância, a maternidade e a adolescência. Portanto, as iniciativas não se efetivaram, por conta da posição dos setores mais conservadores da sociedade (Almeida, 2009).

A partir da metade do século XX, começaram a ocorrer transformações importantes em relação aos padrões de abordagem da sexualidade e dos comportamentos sexuais (Vitiello, 1995). Um marco significativo foi o Plano de Ação do Cairo, resultado da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento realizada em 1994, no Cairo (Buglione, 2002). Trata-se do primeiro documento relevante sobre direitos humanos a tratar da liberdade das pessoas de expressarem e vivenciarem sua sexualidade desde a Declaração Universal de 1948. Por meio dessa conferência, o sexo passou a ser encarado como um fator positivo, ao invés de ser sempre associado à violência, desrespeito ou limitado exclusivamente ao casamento heterossexual e à procriação que era considerada "saudável" (Buglione, 2002).

O programa foi aprovado no Brasil com o objetivo de reconhecer os direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos. Compromete-se a realizar esforços para implementar esses direitos na legislação e na vida da população. De acordo com o documento, o estado tem a responsabilidade de promover campanhas educativas sobre saúde sexual e reprodutiva e incluir educação sobre o assunto nos currículos escolares nacionais, visando tanto meninas quanto meninos (Ventura, 2003). A partir dessa percepção, é incorporado o princípio de que na vida reprodutiva, existem direitos que devem ser respeitados, mantidos ou ampliados, sendo necessárias políticas públicas específicas para garantir esses direitos. Isso implica em obrigações positivas para promover o acesso à informação e aos recursos necessários para viabilizar as escolhas (Ventura, 2003; Buglione, 2002).

Diante do exposto, o presente trabalho se guia pelo seguinte problema de investigação: Como tem sido abordado a educação sexual nas escolas brasileiras nos últimos 5 anos?

## 2. JUSTIFICATIVA

Ao decorrer da minha jornada na Universidade de Brasília tive contato próximo com vários assuntos relacionados à saúde, em 2023 quando dei início ao meu Trabalho de Conclusão de Curso, fiquei com bastante dúvida em qual tema abordar e qual tema me chamaria mais atenção a ponto de aprofundar meus conhecimentos sobre ele e escrevê-lo durante um bom período. Foi quando recorri à minha primeira orientadora que me acompanhou durante um período nessa jornada, até ter que se afastar por motivos pessoais, que foi a Patrícia Rezende e através de algumas conversas, ela me sugeriu alguns temas e me sugeriu também alguns artigos científicos para ler e me apropriar de cada tema, e foi assim, depois de ler os artigos, que cheguei à conclusão que o tema que tinha me chamado mais atenção dentre todos que havia lido, foi a sexualidade dos adolescentes no Brasil, com o foco nos últimos 5 anos.

Considerarei este tema relevante pois no meu ponto de vista ter informações sobre saúde sexual pode ajudar os adolescentes a entender os riscos associados às práticas sexuais e promover o uso de métodos de proteção, como preservativos, que é gratuito e que são encontrados em qualquer Unidade Básica de Saúde, contribuindo assim para a redução da incidência de doenças sexualmente transmissíveis, por exemplo. O Brasil enfrenta desafios importantes relacionados à gravidez na adolescência e discutir a saúde sexual pode ajudar os adolescentes a compreender os riscos associados à atividade sexual sem proteção e promover uma contracepção adequada.

A falta de informação ou a presença de mitos pode levar a diversos comportamentos de risco. Falar abertamente sobre saúde sexual ajuda a combater o estigma e a desinformação, capacitando os adolescentes a tomarem decisões mais informadas e conscientes. Afinal, incluir uma discussão sobre a saúde sexual dos adolescentes impacta na elaboração de políticas públicas voltadas para a educação sexual escolar, o acesso a serviços de saúde e iniciativas de prevenção.

Estimulada por essa pesquisa que fiz, decidi realizar o meu Trabalho de Conclusão de Curso em uma revisão bibliográfica para analisar os recursos de aprendizagem que estão sendo fornecidos nas instituições de ensino, com o intuito de conhecer e entender melhor sobre como tem sido abordada a educação sexual nas escolas brasileiras – estratégia tão importante para a promoção da saúde sexual dos adolescentes no Brasil. A presente pesquisa tem como período analisado os últimos 5 anos (2019 a 2024).

### **3. OBJETIVOS**

#### **3.1 OBJETIVO GERAL**

- Entender como tem sido abordado a educação sexual nas escolas brasileiras nos últimos 5 anos.

#### **3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Identificar a produção sobre educação sexual nas escolas brasileiras nos últimos 5 anos;
- Sistematizar os artigos encontrados sobre educação sexual brasileira nos últimos 5 anos;
- Analisar como tem sido abordado a educação sexual nas escolas nos últimos 5 anos.

### **4. REFERENCIAL TEÓRICO**

Tendo em vista que a saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes interfere de forma direta no seu desenvolvimento emocional, físico e também social, é válido ressaltar a importância deste tema. Afinal, a adolescência é um período marcado por diversos fatores e também por mudanças não só fisiologicamente, mas também mental. Como destacado pela UNESCO (2018) e OMS (2017), a ausência de educação sexual adequada deixa os jovens vulneráveis a ISTs, gravidez não planejada e abuso, exigindo políticas públicas mais efetivas.

Em razão disso, é primordial considerar a educação sexual como um componente crucial a se discutir, para assim instruir os adolescentes a fazerem escolhas mais responsáveis e pensadas. A transferência de intervenções educacionais eficazes de um contexto para outro tem um efeito positivo sobre conhecimentos, atitudes e práticas, mesmo quando implementadas em diferentes contextos (Fonner et al., 2014; Kirby et al., 2006).

A cada ano, estima-se que ocorram 333 milhões de novos casos de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) curáveis em todo o mundo, com as maiores taxas nas faixas etárias de 20 a 24 anos e 15 a 19 anos. Acredita-se que 1 em cada 20 jovens contraia uma IST anualmente, excluindo o HIV e outras infecções virais. No entanto, apenas uma minoria de adolescentes tem acesso a serviços de IST acessíveis e adequados (OMS, 2005).

De acordo com a OMS, é essencial adotar uma perspectiva favorável e respeitosa em relação à sexualidade e aos relacionamentos sexuais, garantindo a oportunidade de desfrutar de prazeres e vivências sexuais seguras, sem pressões, preconceitos ou até mesmo agressões. Para assim promover e preservar a saúde sexual, sendo fundamental garantir que os direitos sexuais de cada indivíduo sejam respeitados, protegidos e efetivados.

Desde muito tempo, os professores são conhecidos como os mentores do processo de ensino, desempenhando um papel crucial não apenas no ensino de conhecimentos específicos, mas também no desenvolvimento holístico dos aprendizes, preparando os alunos para desafios futuros e contribuindo para o seu crescimento pessoal e também profissional. No entanto, ao longo dos últimos anos, foram desenvolvidas novas abordagens que demonstram que a aprendizagem se baseia nos conhecimentos prévios dos alunos e que eles constroem seus próprios conhecimentos por meio da interação com o ambiente e os recursos que estão disponíveis.

Seguindo essa lógica, aprender vai muito além de apenas receber e assimilar informações ministradas pelos professores. Os alunos absorvem o conteúdo de forma mais eficaz quando têm a oportunidade de construir seu próprio entendimento, ao se envolverem de forma crítica e contribuírem com suas próprias experiências e informações.

Existem evidências de que a Educação Integral em Sexualidade (EIS) tem efeitos benéficos sobre a saúde sexual e reprodutiva (SSR), particularmente na diminuição de infecções sexualmente transmissíveis (IST), HIV e também da gravidez indesejada. A abordagem abrangente da sexualidade não promove a antecipação da atividade sexual, mas influencia positivamente comportamentos sexuais mais seguros e podendo adiar o início da vida sexual (Unesco, 2009).

Uma análise realizada em 2014 sobre programas de educação integral em sexualidade no ambiente escolar revelou um maior entendimento sobre o HIV, um aumento na autoeficácia ligada ao uso de preservativos e à recusa de relações sexuais, além de um incremento na utilização de métodos contraceptivos e preservativos. Também foi observada uma diminuição no número de parceiros sexuais e um adiamento na iniciação da atividade sexual (Fonner et al., 2014).

Tendo em vista que pessoas do próprio convívio podem intervir de forma positiva em relação a educação integral de sexualidade do indivíduo, como por exemplo conversar abertamente sobre o assunto, sem qualquer tipo de estigma ou preconceito, destacando a importância do cuidado, e entre outros aspectos, é válido ressaltar também a importância que as instituições desempenham na implementação da Educação Integral de Sexualidade na preparação das crianças e dos jovens. A educação em sexualidade, seja ministrada dentro ou fora das escolas, não aumenta a atividade sexual, comportamentos sexuais de risco ou as taxas de infecção por IST/HIV (Unesco, 2009; Fonner et al., 2014; Shepherd et al., 2010).

Um estudo realizado na Finlândia sobre o efeito em relação ao impacto da educação em sexualidade que foi realizado na escola em relação aos conhecimentos e nas atitudes sexuais dos alunos apontou vários efeitos positivos, sendo eles: à motivação, às atitudes e também as habilidades dos professores. Destacando também a importância de aplicar técnicas participativas de ensino (Kontula, 2010).

A análise abrangente das evidências na área da educação também revelou que a instrução em educação integral em sexualidade fortalece a autoconfiança (Unterhalter et al., 2014), uma competência essencial para adiar a idade em que os jovens têm sua primeira relação sexual e para a adoção de métodos contraceptivos, incluindo preservativos.

Na maioria dos países, crianças de 5 a 13 anos frequentam a escola por períodos significativos (Unesco, 2008), isso possibilita que as escolas desenvolvam métodos práticos para alcançar grandes quantidades de jovens de diferentes contextos de maneira replicável e sustentável. Além disso, o ambiente escolar oferece uma oportunidade ideal para a implementação da Educação em Sexualidade (EIS), que é sequencial por idade e relevante para o desenvolvimento contínuo ao longo dos anos, construindo novos conteúdos com base nos conhecimentos adquiridos anteriormente (Gordon, 2008).

## **5. METODOLOGIA**

Para a construção do vigente estudo foi realizada uma revisão da literatura sobre a saúde sexual dos adolescentes no Brasil nos últimos 6 anos. O método utilizado de busca se deu por meio dos descritores da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), onde busquei pelo descritor “educação sexual” e encontrei dois termos correlatos que foram “educação e planejamento familiar” e “educação sobre sexualidade”. Partindo destes descritores, realizei uma primeira busca exploratória, no próprio portal da BVS, para conhecer o panorama das produções correlatas, cujo resultado descrevo a seguir.

No dia 16 de Maio de 2024 realizei uma primeira busca, apenas com o descritor “educação sexual” que resultou em mais de 36 mil artigos, filtrei por “último 10 anos”, “texto completo” e “idioma português” e resultou em 1.152 artigos.

No dia 16 de Maio de 2024 realizei uma segunda busca, apenas com o descritor “Educação e planejamento familiar” que resultou em 18.187 artigos, utilizei os mesmos filtros anteriores: últimos 10 anos, idioma português e texto completo. E conforme esses filtros, o resultado foi de 426 artigos.

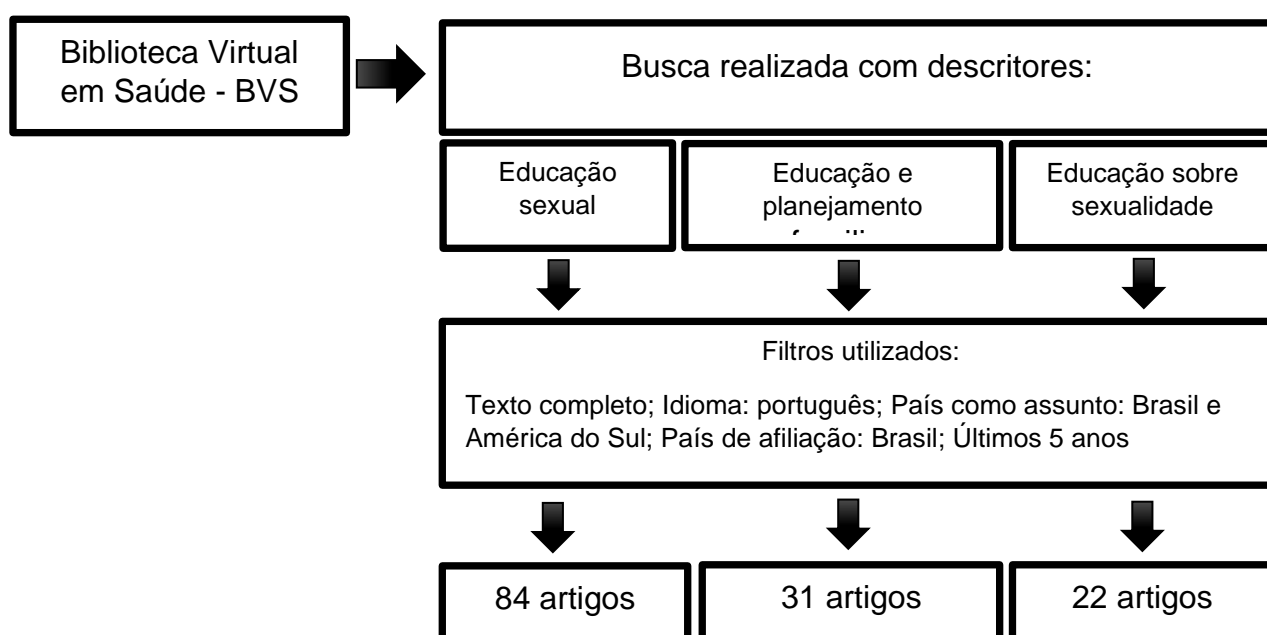
No dia 16 de Maio de 2024 realizei uma terceira busca, somente com o descritor “Educação sobre sexualidade” que resultou em 13.091 artigos, filtrei por: “últimos 10 anos”, “idioma português” e “texto completo” que resultou em 385 artigos encontrados.

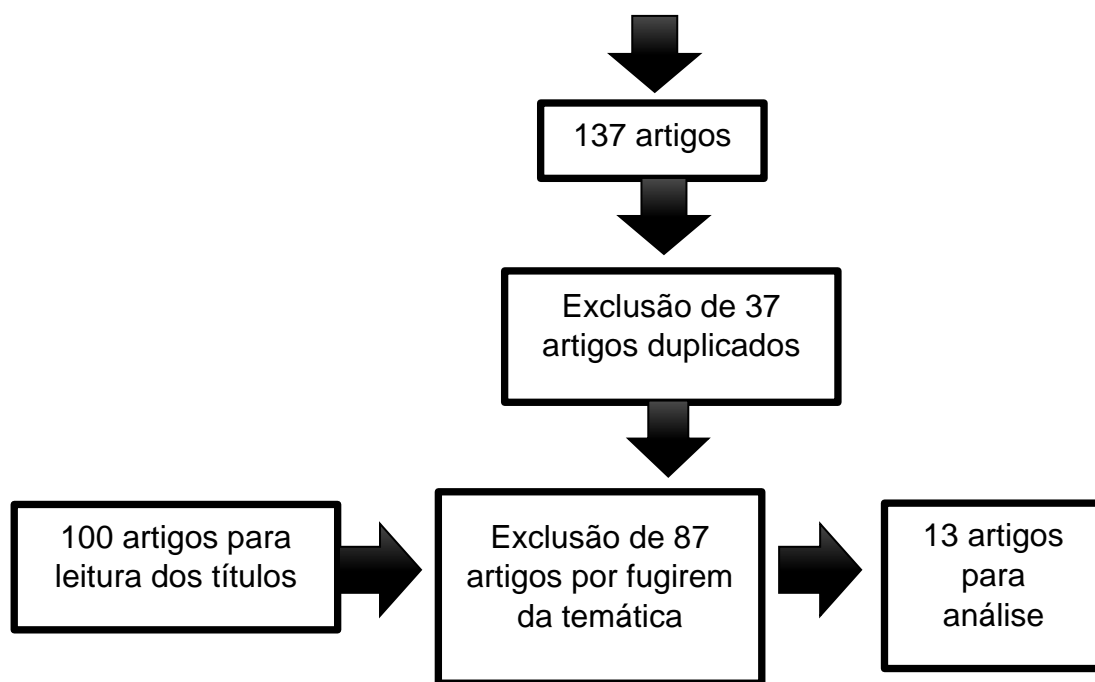
Tendo em vista a magnitude dos resultados encontrados nesta primeira pesquisa, percebi a inviabilidade de executar a leitura minuciosa de todos os títulos encontrados. Assim, realizei um recorte mais específico sobre o assunto, de modo que eu pudesse encontrar uma menor quantidade de artigos publicados, configurando-se em uma pesquisa factível neste momento, para este TCC.

Com isso, utilizando os mesmos descritores, porém aplicando novos filtros que foram: texto completo, idioma português, país como assunto: Brasil e América do Sul, país de afiliação: Brasil e selecionamos a opção “Últimos 6 anos”, encontrei resultados mais favoráveis, conforme descrevo abaixo.

Com o descritor “Educação sexual” resultou em 84 artigos. Com o descritor “Educação e planejamento familiar” foram 31 resultados e com o descritor “Educação sobre sexualidade” foram 22 resultados, totalizando 137 artigos encontrados com os três descritores, aplicando os novos filtros. Após toda essa análise, listei todos os 137 artigos em uma planilha do Excel, li cada título e o resumo de cada artigo, e excluí aqueles que não fazem correlação com a temática da minha pesquisa, sendo assim, foram excluídos 124 artigos, sobrando 13 artigos, que serão os artigos sobre o qual discutirei neste TCC. Do ano de 2019 a 2024.

### Fluxograma de estruturação de busca:





**Fonte:** Elaboração própria

## **6. ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA**

No que tange os aspectos éticos, salienta-se que o presente estudo não precisou ser submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) por se tratar de um estudo produzido com dados secundários, assim, não envolve seres humanos. A Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, trata acerca das diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, o que não se encaixa para o presente estudo.

## 7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quadro 1: Publicações selecionadas para análise da revisão durante os últimos 6 anos (2019 a 2024).

Título	Autor	Resumo	Metodologia	Ano	Revista
<b>1. Contradições acerca da violência sexual na percepção de adolescentes e sua desconexão da lei que tipifica o “estupro de vulnerável”</b>	<sup>1</sup> Simoni Furtado da Costa, <sup>2</sup> Stella R. Taquette, <sup>3</sup> Claudia Leite de Moraes, <sup>4</sup> Luciana Maria Borges da Matta Souza, <sup>5</sup> Miriam Peres de Moura	Objetivo: compreender a concepção de adolescentes acerca da iniciação sexual, da violência sexual e da lei que a tipifica como “estupro de vulnerável”	Estudo com abordagem qualitativa.	2020	Cadernos de Saúde Pública
<b>2. Sexualidade na percepção de adolescentes estudantes da rede pública de ensino: contribuição para o cuidado</b>	<sup>1</sup> Ediane de Andrade, <sup>2</sup> Valdecyr Herdy, <sup>3</sup> Audrey Vidal, <sup>4</sup> Diego Pereira, <sup>5</sup> Márcia Vieira, <sup>6</sup> Maria Cristina	Objetivo: Discutir a percepção de adolescentes acerca da sexualidade no espaço escolar.	Estudo descritivo e exploratório, de natureza qualitativa	2019	Revista de Pesquisa
<b>3. “Em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade</b>	<sup>1</sup> Vanessa Leite	Objetivo: A reflexão volta seu olhar para o pânico moral criado em torno do Projeto Escola sem Homofobia, chamado de “kit gay” por seus detratores, a partir de 2011.	Pesquisas realizadas entre os anos de 2010 e 2018	2019	Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)
<b>4. Gênero sob ataque: atravessamentos da suposta neutralidade política na pauta educacional brasileira</b>	<sup>1</sup> Marina Valentim Brasil, <sup>2</sup> Sabrina Daiana Cúnico, <sup>3</sup> Angelo Brandelli Costa	Objetivo: discutir teoricamente de que forma os discursos relativos ao conceito de gênero e de sexualidade atravessam e são reproduzidos no que tange à pauta da educação no Brasil.	Estudo exploratório	2022	Polis e Psique
<b>5. Sociodemographic and health situation of teenage students according to sex</b>	<sup>1</sup> Rosana Santos Mota, <sup>2</sup> Nadirlene Pereira Gomes, <sup>3</sup> Jeane Freitas de Oliveira, <sup>4</sup> Luana Moura Campos, <sup>5</sup> Gleide Santos de Araújo, <sup>6</sup> Maria Enoy Neves Gusmão,	Objetivo: Verificar a associação entre sexo (homem e mulher) e as variáveis sociodemográficas, sexuais e reprodutivas para adolescentes e identificar maiores médias de problemas sociais e de saúde para estes.	Estudo transversal realizado com 239 adolescentes matriculados numa escola pública	2019	Revista Brasileira de Enfermagem

	<sup>7</sup> Jordana Brock Carneiro.				
<b>6. Caracterização das práticas sexuais de adolescentes</b>	<sup>1</sup> Nathalia Santarato, <sup>2</sup> Nayara Gonçalves Barbosa, <sup>3</sup> Anderson Lima Cordeiro da Silva, <sup>4</sup> Juliana Cristina dos Santos Monteiro, <sup>5</sup> Flávia Azevedo Gomes-Sponholz	Objetivo: caracterizar as práticas sexuais dos adolescentes e sua associação com variáveis sociodemográficas, fontes de informações e hábitos comportamentais.	Estudo descritivo observacional, transversal.	2022	Revista Latino-Americana de Enfermagem
<b>7. Comportamento de risco para infecções sexualmente transmissíveis em estudantes do ensino médio</b>	<sup>1</sup> Bruna Bazzi Rizzon, <sup>2</sup> Verônica Bendo de Souza, <sup>3</sup> Kristian Madeira, <sup>4</sup> Lucas Vieira Machado, <sup>5</sup> Mariana Magalhães	Objetivo: avaliar o comportamento de risco para ISTs em estudantes do ensino médio de Urussanga-SC e o conhecimento deles acerca do assunto	Estudo observacional transversal, descritivo, com coleta de dados primários e abordagem quantitativa	2021	Revista Femina
<b>8. Diversidade sexual na escola: estudo qualitativo com estudantes do Ensino Médio do Município do Rio de Janeiro, Brasil</b>	<sup>1</sup> Thenessi Freitas Matta, <sup>2</sup> Stella Regina Taquette, <sup>3</sup> Luciana Maria Borges da Matta Souza, <sup>4</sup> Claudia Leite de Moraes	Objetivo: analisar como estudantes do Ensino Médio percebem seus pares das minorias sexuais e como entendem a atitude da escola e educadores frente à diversidade sexual	Pesquisa com método qualitativo.	2021	Cadernos de Saúde Pública
<b>9. Escala de Crenças sobre Educação Sexual (ECES): evidências de validade no Brasil</b>	<sup>1</sup> Jean Jesus Santos, <sup>2</sup> Mozer de Miranda Ramos, <sup>3</sup> Elder Cerqueira Santos	Objetivo: realizar a adaptação transcultural e produzir evidências de validade de uma escala para medir crenças sobre educação sexual no contexto brasileiro.	Pesquisa com método quantitativo.	2023	Psicologia do Desenvolvimento e da Educação
<b>10. Intervenções educativas para aprendizagem acerca de sexualidade e gênero no Brasil: uma revisão de escopo</b>	<sup>1</sup> Thaís Blankenheim, <sup>2</sup> Natacha Führ Ramos, <sup>3</sup> Adolfo Pizzinato, <sup>4</sup> Angelo Brandelli Costa	Objetivo: mapear a produção acadêmica sobre intervenções realizadas no âmbito escolar brasileiro nos campos de sexualidade e gênero.	Tanto nos estudos qualitativos quanto nos quantitativos, as intervenções em grupo basearam-se na promoção de oficinas, cursos, programas ou treinamentos sobre a temática.	2022	Revista Baiana de Saúde Pública.
<b>11. O direito à prevenção a Aids em tempos de retrocesso: religiosidade e sexualidade nas escolas</b>	<sup>1</sup> Vera Paiva, <sup>2</sup> Maria Cristina Antunes, <sup>3</sup> Mauro Niskier Sanchez	Objetivo: discutir os desafios da prevenção em tempos de crescimento de casos de Aids entre jovens. Opiniões e práticas de estudantes no ensino médio	Pesquisa com método quantitativo	2020	Interface- Comunicação, Saúde, Educação

<p><b>12. Prevalência de indicadores de saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes brasileiros: análise comparativa de pesquisa nacional de saúde do escolar 2015 e 2019</b></p>	<p><sup>1</sup>Marco Aurelio, <sup>2</sup>Ed Wilson Rodrigues, <sup>3</sup>Gisele Nepomuceno, <sup>4</sup>Cimar Azeredo, <sup>5</sup>Deborah Carvalho, <sup>6</sup>Mariana Santos, <sup>7</sup>Luana Leão</p>	<p>Objetivo: comparar estimativa de prevalência de indicadores de saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes brasileiros que participaram das edições 2015 e 2019 da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PENSE).</p>	<p>Estudo transversal</p>	<p>2022</p>	<p>Revista Mineira de Enfermagem</p>
<p><b>13. Silenciamento da sexualidade do adolescente no contexto rural</b></p>	<p><sup>1</sup>Adriana Marcela Monroy Garzon, <sup>2</sup>Kênia Lara da Silva</p>	<p>Objetivo: analisar o discurso sobre a sexualidade do adolescente no contexto rural e as perspectivas para romper com as ordens do discurso.</p>	<p>Pesquisa ação apoiada no referencial teórico metodológico da Pedagogia de Paulo Freire</p>	<p>2022</p>	<p>Interface- Comunicação, Saúde, Educação</p>

**Fonte:** Elaboração própria.

A pesquisa na mencionada base de dados resultou em 13 artigos que foram selecionados para análise, com publicação nos últimos 6 anos, do ano de 2019 a 2024.

A educação sexual no contexto escolar brasileiro tem sido historicamente marcada por abordagens reducionistas e normativas, muitas vezes alicerçadas em discursos biomédicos, morais e heteronormativos. Segundo Junqueira (2009), a sexualidade dos adolescentes é frequentemente tratada como um problema a ser controlado, e não como uma dimensão constitutiva da subjetividade humana. O autor afirma que a escola, ao abordar a sexualidade de forma restrita à prevenção de doenças e gravidez, acaba por reforçar práticas de silenciamento e disciplinamento dos corpos juvenis, principalmente daqueles que fogem às normas heterossexuais e cisgêneras.

Esse entendimento crítico é compartilhado por Guacira Lopes Louro, que analisa como o corpo e a sexualidade são construídos socialmente por meio de práticas discursivas no ambiente escolar. Para a autora, os currículos silenciam as diferenças e reproduzem uma lógica heteronormativa, deixando pouco espaço para o reconhecimento das identidades LGBTQIA+. Louro (2004) argumenta que a escola

opera como um dos principais dispositivos de controle da sexualidade, naturalizando papéis de gênero e produzindo verdades sobre o que é ser “normal”.

De forma complementar, Monteiro (2005) analisa a relação entre saúde pública e educação sexual, destacando que as políticas de prevenção às infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) muitas vezes reforçam estigmas, sobretudo sobre os jovens de camadas populares e mulheres. A autora defende que a educação sexual não pode se limitar ao discurso da prevenção biomédica, mas deve incluir dimensões subjetivas, culturais e afetivas da sexualidade.

Embora não aborde diretamente a temática da sexualidade, Paulo Freire oferece contribuições fundamentais para uma abordagem emancipadora da educação sexual. Em sua concepção de educação libertadora, o autor defende o diálogo como princípio pedagógico essencial, ressaltando que educar é um ato político que visa à formação de sujeitos críticos e conscientes de sua realidade. Nesse sentido, uma educação sexual inspirada em Freire pressupõe escuta ativa, valorização do saber do aluno e problematização das normas que regem o corpo e o desejo.

Com base nesses autores, percebe-se que a educação sexual com adolescentes no Brasil precisa avançar no sentido de uma abordagem crítica, plural e inclusiva, que reconheça os adolescentes como sujeitos de direitos, e não como objetos de vigilância. Tal perspectiva exige o rompimento com discursos normativos e a construção de práticas pedagógicas que considerem a diversidade, a afetividade e o prazer como dimensões legítimas da sexualidade humana.

### **7.1 Sexualidade na percepção dos adolescentes na rede pública e privada**

No artigo de (Ferreira EA, Alves VH, Pereira AV, et.al, 2023), que trata-se de um estudo descritivo e exploratório de natureza qualitativa, que foi realizado em três escolas estaduais de ensino médio situadas no município de Macapá, Estado do Amapá, no período de agosto a dezembro de 2016, aborda como os adolescentes lidam com a temática sobre sexualidade. A amostra da pesquisa foi composta por 46 estudantes que atenderam aos seguintes critérios de inclusão: ter entre 13 e 18 anos de idade e estar regularmente matriculado na rede pública estadual de ensino. Como

critério de exclusão, foram considerados os adolescentes que apresentavam condições físicas, emocionais ou psicológicas que pudessem comprometer sua participação no estudo. Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas abordando questões relacionadas à saúde sexual e reprodutiva. As entrevistas ocorreram em ambiente reservado, assegurando a privacidade dos participantes. A coleta foi encerrada quando os relatos passaram a apresentar significados recorrentes, sem novas informações relevantes.

Foi observado, a partir dos relatos dos adolescentes, que a prática de relações sexuais sem proteção pode resultar em uma gravidez, mesmo na ausência de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), além de representar riscos à saúde e à vida das mulheres. Os comportamentos sexuais de risco (CSR), como a realização de relações sexuais desprotegidas e a multiplicidade de parceiros, apresentam maior incidência entre adolescentes e adultos jovens, especialmente na faixa etária de 15 a 24 anos.

A inserção no contexto universitário pode intensificar a ocorrência desses comportamentos, uma vez que essa etapa da vida é caracterizada por diversas transformações sociais, emocionais e comportamentais que influenciam diretamente o modo como os indivíduos vivenciam sua sexualidade (Almeida, 2018). Os comportamentos sexuais de risco podem resultar em consequências significativas, como o aumento da vulnerabilidade às infecções sexualmente transmissíveis, nos últimos anos, o Brasil tem registrado um aumento preocupante na incidência de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), especialmente em relação ao vírus da imunodeficiência humana (HIV) e à sífilis, com destaque para o crescimento expressivo entre jovens com idades entre 15 e 29 anos (Ministério da Saúde, 2023).

Essa concepção revela que, em nossa cultura, a sexualidade tem sido vinculada unicamente ao sexo no sentido de relação sexual. Embora muitas pessoas confundam os termos sexualidade e sexo, em si, a sexualidade não se limita aos atos sexuais. O sexo constitui apenas um dos elementos que compõem a sexualidade (Gonçalves RC, Faleiro JH, Malafaia G, et al, 2020). A temática da sexualidade, especificamente, não foi identificada como um conteúdo abordado de maneira constante, clara, intersetorial e com caráter multidisciplinar. Ainda é transmitida por meio de métodos tradicionais, o que fica evidente diante da dificuldade dos estudantes

em responderem às questões da pesquisa. Diante disso, compreende-se que, para tratar de temas como sexualidade, saúde sexual e saúde reprodutiva, é fundamental incluir a discussão sobre os direitos sexuais e reprodutivos.

A carência de uma abordagem adequada reflete-se nas respostas imprecisas ou incorretas fornecidas pelos alunos, o que evidencia a necessidade de desenvolver estratégias que promovam o conhecimento dos adolescentes sobre o tema. Isso possibilitará uma compreensão que vá além do aspecto biológico do ato sexual e da gravidez, abrangendo também os fatores psicológicos, sociais e culturais que envolvem essa temática.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), cerca de 28% dos estudantes brasileiros matriculados no 9º ano do ensino fundamental, cuja média de idade é de 14 anos, declararam já ter tido relação sexual, o que evidencia o início precoce da vida sexual entre adolescentes (Oliveira-Campos M, Nunes ML, Madeira FC, Santos MG, Bregmann SR, Malta DC, et al, 2021), entre os adolescentes sexualmente ativos, entre 24,7% e 30,8% declararam não ter utilizado preservativo na última relação sexual. No Brasil, aproximadamente 17,5% dos nascidos vivos são filhos de mães adolescentes, com uma distribuição geográfica desigual, predominantemente em regiões com baixos índices de desenvolvimento humano.

Esse cenário evidencia profundas desigualdades regionais e contribui para a manutenção de ciclos intergeracionais de pobreza (Zangiacomí Martínez, da Roza DL, et al, 2020). A família configura-se como o principal espaço de socialização e formação dos indivíduos, sendo essencial na transmissão de valores e normas fundamentais à vida em sociedade (Bronfenbrenner, 1996). Embora os pais, em geral, mantenham contato frequente e maior proximidade com os filhos, muitas vezes demonstram resistência em tratar de questões relacionadas à sexualidade, o que pode comprometer a comunicação sobre o tema (Borges, 2005). Essa limitação pode levar o adolescente a buscar informações em outras fontes, como parentes próximos ou o grupo de pares (Unesco, 2014). Tal dificuldade frequentemente está relacionada ao despreparo dos responsáveis e ao desconforto em abordar a temática, influenciados por normas culturais e convicções religiosas (Costa; Aquino, 2010).

A percepção dos adolescentes brasileiros acerca da educação sexual revela uma compreensão da relevância do tema, embora predomine a insatisfação quanto à forma como ele é abordado nos espaços formais de socialização, como a escola e a família. Estudos indicam que os adolescentes valorizam a educação sexual e desejam receber informações claras, confiáveis e contextualizadas, porém relatam a ausência de ambientes acolhedores e de diálogo aberto (Santos; Amaral, 2004; Garcia; Lopes, 2008). Apesar de a escola ser reconhecida como um espaço potencial para a promoção da educação sexual, observa-se que as práticas pedagógicas ainda se concentram em abordagens biologicistas e normativas, deixando de contemplar aspectos emocionais, sociais e culturais da sexualidade (Campos; Ferreira, 2009).

Como consequência dessa lacuna, muitos adolescentes recorrem a fontes informais, como os pares ou a internet, o que pode aumentar a exposição a informações imprecisas e a comportamentos de risco (Unesco, 2014). A escassez de formação específica entre os educadores, somada à influência de valores pessoais, culturais e religiosos, constitui um dos principais entraves à implementação de uma educação sexual crítica, inclusiva e efetiva no contexto escolar (Monteiro; Vasconcellos, 2005).

## **7.2 Políticas públicas e práticas intersetoriais na educação sexual com adolescentes**

A educação sexual representa um componente essencial na formação integral dos adolescentes, contribuindo para o desenvolvimento de uma sexualidade saudável, consciente e responsável. No entanto, no contexto brasileiro, a abordagem do tema ainda enfrenta diversos desafios nos espaços formais de ensino, especialmente nas escolas públicas. Embora os adolescentes reconheçam a importância de discutir sobre a sexualidade, muitos relatam insatisfação com a superficialidade e a limitação das informações oferecidas (Santos; Amaral, 2004).

A escola é frequentemente identificada como um espaço privilegiado para a promoção da educação sexual, sobretudo por seu alcance e potencial pedagógico. Contudo, o que se observa, na prática, é a prevalência de abordagens restritas ao viés biológico e reprodutivo, que ignoram os aspectos emocionais, culturais, afetivos e sociais envolvidos na vivência da sexualidade (Campos; Ferreira, 2009). Isso compromete a efetividade das ações educativas, levando adolescentes a buscar

informações em fontes informais e, muitas vezes, não confiáveis, como colegas ou conteúdos disponíveis na internet (Garcia; Lopes, 2008).

Além disso, a ausência de preparo específico por parte de educadores e o receio de lidar com um tema cercado por tabus e influências culturais e religiosas limitam ainda mais o alcance de uma educação sexual crítica, inclusiva e emancipatória (Monteiro; Vasconcellos, 2005). Nesse contexto, destaca-se a necessidade de políticas públicas voltadas à formação docente e à construção de currículos que integrem a educação sexual de forma transversal, respeitosa e baseada em evidências científicas (Unesco, 2014).

. Contudo, essa educação ocorre de maneira difusa, fragmentada e, frequentemente, de forma implícita, o que dificulta seu reconhecimento como um processo formativo legítimo e articulado com os princípios de uma sociedade inclusiva, pautada nos direitos humanos. Diante dessa realidade, a atuação do sistema educacional torna-se fundamental para sistematizar e promover uma abordagem pedagógica crítica e reflexiva sobre a sexualidade, concebida como uma dimensão essencial da formação humana.

No contexto brasileiro, especialmente a partir da década de 1990, diversos movimentos sociais passaram a denunciar práticas discriminatórias vivenciadas no ambiente escolar, reivindicando uma educação mais equitativa e livre de preconceitos. Em resposta a essas mobilizações, o Ministério da Educação (MEC) passou a fomentar espaços de debate com o intuito de combater estigmas e discriminações de cunho sexual e de gênero. Esses processos de discussão, aliados à pressão e à atuação dos movimentos sociais, contribuíram para a formulação de importantes documentos orientadores da política educacional brasileira (Guizzo & Felipe, 2016), os quais defendem a inserção de temas relacionados à diversidade sexual e de gênero nos currículos escolares. Tais ações têm como principais objetivos a prevenção de doenças, a promoção da saúde integral e a garantia dos direitos humanos, sobretudo no que se refere à equidade de acesso e permanência na escola.

Entre as iniciativas governamentais que materializam esses princípios, destacam-se os Parâmetros Curriculares Nacionais– PCN (Brasil, 1998), o Programa Brasil Sem Homofobia– PBSH (Brasil, 2004), o Caderno Gênero e Diversidade Sexual

na Escola (Brasil, 2007) e o Programa Saúde na Escola – PSE (Martins, 2017). Esses documentos orientam práticas pedagógicas que valorizam a diversidade e promovem o respeito às diferentes expressões de sexualidade e identidade de gênero no ambiente educacional.

A promoção da saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes demanda ações integradas e intersetoriais que envolvam diferentes esferas sociais, especialmente as áreas da educação e da saúde. A escola, enquanto espaço privilegiado de socialização, deve ser compreendida não apenas como local de ensino formal, mas como um ambiente propício ao desenvolvimento de práticas educativas voltadas para a cidadania, os direitos humanos e a construção de uma sexualidade informada, saudável e consciente. Nesse contexto, destaca-se o Programa Saúde na Escola (PSE), instituído pelo Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, como uma política pública estratégica voltada à articulação entre os setores da saúde e da educação. O PSE tem como objetivo fortalecer ações de promoção, prevenção e atenção à saúde de estudantes da educação básica pública, por meio de uma abordagem integral e contínua (Brasil, 2007).

Entre as ações previstas, encontram-se atividades voltadas à prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, à gravidez não planejada e à promoção do autocuidado e do respeito mútuo, alinhadas às diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens. Para além das diretrizes formais, a efetividade dessas ações depende de metodologias participativas e dialógicas, que valorizem a escuta dos adolescentes e sua inserção ativa no processo educativo. Nesse sentido, estratégias como rodas de conversa, oficinas temáticas, círculos de cultura e debates têm sido amplamente reconhecidas como ferramentas pedagógicas eficazes no contexto da educação sexual. Essas práticas permitem que os adolescentes expressem suas dúvidas, percepções e experiências, promovendo um ambiente de acolhimento, empatia e construção coletiva do conhecimento (Santos; Silva, 2021).

O Programa Saúde na Escola (PSE), instituído pelo Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, surge como uma iniciativa intersetorial entre os Ministérios da Saúde e da Educação, com o objetivo de promover a saúde e o bem-estar dos

estudantes da rede pública de ensino, por meio de ações que integram saúde, educação e promoção social. O programa busca, principalmente, a promoção da saúde física e mental, a prevenção de doenças e agravos e o fortalecimento de hábitos saudáveis entre os alunos do ensino básico, abrangendo desde a educação infantil até o ensino médio (Brasil, 2007), que tem como principais objetivos a integração permanente da educação e da saúde e a promoção do desenvolvimento integral dos estudantes, com foco na melhoria da qualidade de vida e no fortalecimento da cidadania. O programa busca oferecer uma formação contínua aos adolescentes, capacitando-os a lidar com questões relacionadas à saúde física, emocional e social. Sua atuação abrange diversas áreas, como alimentação saudável, higiene, saúde bucal, doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), saúde mental e o cuidado com a saúde reprodutiva, especialmente no contexto da adolescência.

A estrutura do PSE é construída com a colaboração entre profissionais de saúde sendo eles médicos, enfermeiros, dentistas, psicólogos e também educadores, que atuam de forma conjunta para promover ações educativas, práticas preventivas e a construção de um ambiente escolar mais saudável e acolhedor para os jovens. As ações do PSE envolvem a realização de atividades de promoção da saúde, como campanhas educativas, diagnóstico de saúde da comunidade escolar, atendimentos individuais e coletivos, além de promover espaços de diálogo sobre temas relevantes para a adolescência, como sexualidade, alimentação e prevenção de doenças.

A atuação de profissionais da saúde, em especial dos enfermeiros, também tem se mostrado essencial nesse processo. A presença desses profissionais no ambiente escolar, por meio do PSE, possibilita a condução de atividades educativas que consideram não apenas os aspectos biomédicos da sexualidade, mas também suas dimensões afetivas, sociais e culturais (Ferreira; Martins, 2020). Tal abordagem amplia o alcance das ações de educação sexual, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia, do pensamento crítico e do empoderamento juvenil, pilares fundamentais para a promoção da saúde sexual e reprodutiva.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), publicados pelo Ministério da Educação em 1998, constituem um importante instrumento de orientação para o currículo da educação básica no Brasil. Segundo o documento, os PCNs: “visam

garantir a formação integral dos estudantes, considerando a transversalidade de temas que perpassam as diferentes áreas do conhecimento” (BRASIL, 1998, p. 14). Entre esses temas transversais, destaca-se a educação sexual, que deve ser abordada de maneira contextualizada, científica e respeitosa às diversidades.

No que se refere à sexualidade, o documento enfatiza que é necessário tratar essa temática como parte natural do desenvolvimento humano, promovendo a construção de atitudes responsáveis e críticas. Conforme os PCNs: “a abordagem da sexualidade no ambiente escolar deve contribuir para a formação de cidadãos conscientes, críticos e capazes de estabelecer relações pautadas no respeito e na dignidade” (BRASIL, 1998, p. 45). Entretanto, os PCNs estabelecem a educação sexual como um componente essencial da formação integral, orientando práticas pedagógicas que favoreçam a saúde, o bem estar e o respeito à diversidade entre os estudantes.

Já o Programa Brasil Sem Homofobia (PBSH), que foi lançado em 2004 pelo Governo Federal, por meio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, representou uma importante iniciativa no enfrentamento à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero no Brasil. O programa teve como objetivo principal promover a cidadania e os direitos humanos da população LGBTQIA+, articulando ações em diferentes áreas, como saúde, segurança pública, justiça, cultura e, especialmente, educação (Brasil, 2004).

No âmbito educacional, o PBSH propôs a implementação de políticas e práticas pedagógicas voltadas à valorização da diversidade e à prevenção da homofobia no ambiente escolar. O programa estimulou a produção de materiais didáticos, a formação de professores e a inclusão da temática de diversidade sexual nos currículos escolares, com foco na promoção do respeito, da equidade e da não discriminação (Brasil, 2004). A intenção era transformar a escola em um espaço seguro e acolhedor para todos os estudantes, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

O PBSH também reforça os princípios estabelecidos na Constituição Federal de 1988, que garante a dignidade da pessoa humana e a igualdade de direitos, além de estar alinhado aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil em defesa

dos direitos humanos. Dessa forma, o programa representa um avanço significativo nas políticas públicas de promoção da diversidade e de combate à violência simbólica e física contra pessoas LGBTQIA+.

E no Caderno Gênero e Diversidade Sexual na Escola, publicado em 2007 pelo Ministério da Educação (MEC), em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e outras instituições federais, representa uma das principais iniciativas voltadas à formação docente para o enfrentamento de desigualdades de gênero e à promoção de uma educação inclusiva e democrática. A publicação integra as ações do Programa Gênero e Diversidade na Escola (GDE) e tem como objetivo subsidiar educadores(as) no desenvolvimento de práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem as diversidades sexuais e de gênero no contexto escolar (Brasil, 2007).

O material oferece uma abordagem crítica e reflexiva sobre os conceitos de gênero, sexualidade e diversidade, além de discutir os impactos do sexismo, da homofobia e da transfobia nas relações escolares. O caderno enfatiza a importância de a escola ser um espaço de respeito à pluralidade e de construção de valores baseados nos direitos humanos, na equidade e na justiça social (Brasil, 2007). Além disso, propõe estratégias pedagógicas e metodológicas que auxiliem professores(as) na desconstrução de estereótipos e preconceitos que historicamente marcam o ambiente educacional.

A publicação também reforça a necessidade de integrar as discussões sobre gênero e sexualidade ao currículo escolar de maneira transversal, conforme previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1998), contribuindo para a formação de estudantes críticos, autônomos e socialmente engajados. Assim, o caderno constitui-se como uma ferramenta fundamental no fortalecimento da educação para a diversidade e no combate às desigualdades dentro do espaço escolar.

Diversos documentos e programas educacionais implementados no Brasil evidenciam o esforço do Estado em promover uma educação pautada nos direitos humanos, na equidade e no respeito à diversidade. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1998) introduziram a transversalidade da temática da sexualidade no currículo escolar, reconhecendo-a como parte essencial da formação integral dos

estudantes. Complementando essa diretriz, o Programa Brasil Sem Homofobia (Brasil, 2004) propôs ações intersetoriais de combate à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, promovendo o respeito à diversidade no ambiente escolar. No mesmo sentido, o Caderno Gênero e Diversidade Sexual na Escola (Brasil, 2007) ofereceu suporte teórico e metodológico para a formação de educadores(as), incentivando práticas pedagógicas inclusivas. Por fim, o Programa Saúde na Escola – PSE destaca-se por integrar ações de saúde e educação, entre elas a promoção da saúde sexual e reprodutiva, evidenciando a importância da escola como espaço estratégico para o cuidado integral dos adolescentes (Martins, 2017). Juntos, esses instrumentos contribuem para a construção de uma escola democrática, comprometida com a formação cidadã e a superação das desigualdades de gênero e sexualidade.

No entanto, desafios persistem quanto à consolidação dessas práticas nas redes públicas de ensino, especialmente diante da falta de formação específica de professores, resistência institucional e influência de valores morais e religiosos que ainda permeiam o debate sobre sexualidade nas escolas. Tais obstáculos reforçam a necessidade de investimentos contínuos em políticas públicas, formação de profissionais e fortalecimento da intersetorialidade como condição indispensável para garantir o direito dos adolescentes à informação e ao cuidado integral.

### **7.3 Participação e preparo dos professores em relação a educação sexual**

A pesquisa de Blankenheim et al. (2021), ao realizar uma revisão de escopo sobre intervenções educativas no Brasil relacionadas à sexualidade e gênero, evidencia a carência de propostas sistemáticas voltadas à formação docente. Embora a produção acadêmica sobre o tema tenha apresentado crescimento a partir de 2012, grande parte das iniciativas analisadas concentra-se na atuação direta com estudantes da educação básica, enquanto as ações formativas voltadas aos professores revelam-se pontuais, fragmentadas e insuficientemente estruturadas. Esse panorama revela um descompasso entre a crescente demanda por práticas pedagógicas inclusivas e o preparo efetivo do corpo docente para lidar com a diversidade de gênero e sexualidade no ambiente escolar.

Os dados levantados pelos autores indicam que, das 31 publicações selecionadas para a revisão, apenas uma parcela minoritária descreve intervenções destinadas exclusivamente à capacitação de professores. Tal lacuna formativa compromete a inserção crítica dos temas de sexualidade e gênero nos currículos escolares, perpetuando silenciamentos, inseguranças docentes e reprodução de estigmas.

Ainda que algumas intervenções analisem o papel do professor como mediador das discussões sobre gênero e sexualidade, a ausência de propostas contínuas e integradas na formação inicial e continuada indica a necessidade de políticas públicas específicas. A construção de uma prática pedagógica emancipadora requer, como apontam os autores, investimento na formação crítica de educadores, embasada em referenciais teóricos que dialoguem com a realidade social e cultural dos estudantes, em consonância com os princípios da educação para os direitos humanos.

Dessa forma, a revisão realizada por Blankenheim et al. (2021) aponta a urgência da inserção qualificada da temática de gênero e sexualidade nos processos formativos docentes, de modo que esses profissionais possam atuar como agentes de transformação social, comprometidos com a promoção da equidade, da diversidade e do respeito no espaço escolar. De acordo com Nardi e Quartiero (2008), muitas das ações realizadas pelos educadores ocorrem de forma pontual, geralmente como resposta a conflitos e também situações problema que emergem no cotidiano escolar. Essa atuação reativa, ao privilegiar soluções imediatas e individuais, reforça a reprodução de uma cultura escolar sexista e homofóbica. Nessas circunstâncias, a escola deixa de problematizar o caráter estrutural da violência simbólica, dos insultos e das discriminações baseadas em orientação sexual e identidade de gênero, tratando-as como episódios isolados ou desvios de conduta.

Além disso, o corpo docente, muitas vezes, assume o papel de agente normatizador das condutas sexuais e de gênero, contribuindo para a naturalização de práticas regulatórias sobre os corpos e os desejos. Como é observado por Louro (1997), essas práticas são sustentadas pela ideia de que a sexualidade pertence ao foro íntimo, devendo ser tratada como uma questão privada e individual, dissociada do campo dos direitos e das políticas públicas. Tal visão contribui para a manutenção

da heteronormatividade como matriz dominante na construção dos discursos pedagógicos.

Foucault (1999), ao analisar a relação entre poder, saber e sexualidade, evidencia que as instituições educacionais exercem um papel disciplinador, promovendo uma pedagogia dos corpos que busca controlar os sentidos, as expressões e os comportamentos dissidentes. Nesse sentido, a aparente neutralidade ideológica da escola revela-se como uma forma de dominação simbólica, na medida em que silencia e exclui as múltiplas expressões da sexualidade que escapam às normas hegemônicas.

Mesmo quando o tema da sexualidade não é abordado explicitamente nos currículos escolares, observa-se a presença de práticas normativas que regulam os comportamentos sexuais e de gênero. Tais práticas estão inseridas no cotidiano da escola e operam por meio de discursos, atitudes e expectativas que moldam o que é considerado aceitável ou desviante.

Diante disso, a formação continuada de educadores torna-se uma estratégia fundamental para a superação dos preconceitos e das resistências que permeiam a abordagem da sexualidade no contexto escolar. Segundo Junqueira (2009), é necessário que os programas formativos promovam não apenas o domínio de conteúdos específicos, mas também o desenvolvimento de uma postura reflexiva e crítica acerca das próprias convicções e valores dos docentes, especialmente aqueles que, de forma consciente ou inconsciente, contribuem para a reprodução de desigualdades e exclusões, de acordo com o autor Junqueira (2009), a educação sexual nas escolas brasileiras ainda é marcada por discursos que buscam o controle e a normatização da sexualidade juvenil, ao invés de promover uma abordagem libertadora e crítica. O autor evidencia que a ausência de discussões sobre prazer, afetividade e diversidade sexual contribui para a invisibilização de experiências que fogem à norma heterossexual. Assim, reforça uma lógica de silenciamento que pode gerar mais vulnerabilidades, sobretudo para adolescentes LGBTQIA+.

Além disso, as propostas educativas devem considerar as especificidades culturais, históricas e sociais que conformam os discursos sobre a sexualidade e a diversidade. A compreensão da heteronormatividade como um regime político e

simbólico que organiza as relações sociais é essencial para a construção de práticas pedagógicas mais justas, inclusivas e emancipatórias.

A educação sexual voltada a adolescentes, no contexto brasileiro, tem se consolidado como um campo de disputas simbólicas e políticas, frequentemente atravessado por valores morais, religiosos e normativos. Diversos estudos evidenciam que a abordagem dominante nas escolas ainda se sustenta em uma perspectiva biologicista, centrada na prevenção de riscos, como infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e gravidez precoce, em detrimento de uma abordagem que contemple as dimensões subjetivas, sociais e afetivas da sexualidade.

Nesse sentido, Junqueira (2009) aponta que a sexualidade juvenil, especialmente a exercida por sujeitos não heteronormativos, tem sido tratada como objeto de regulação, reforçando discursos disciplinadores e higienistas no âmbito escolar. O autor destaca que o conteúdo das práticas pedagógicas tende a restringir-se a uma lógica de controle dos corpos, sobretudo os corpos femininos e dissidentes, silenciando temas como prazer, identidade de gênero e diversidade sexual.

Guacira Lopes Louro (2004), ao discutir as relações entre corpo, gênero e sexualidade na educação, corrobora essa perspectiva ao afirmar que o currículo escolar é uma ferramenta de produção de subjetividades normativas. A autora problematiza o papel da escola na legitimação de certos corpos e identidades, especialmente ao naturalizar práticas que reforçam a heteronormatividade e invisibilizam sujeitos LGBTQIA+.

De forma complementar, Monteiro (2005) analisa as interseções entre saúde pública, gênero e sexualidade, com ênfase nas políticas de prevenção ao HIV/Aids. A autora evidencia que, ao priorizar conteúdos técnico-preventivos, muitas ações de educação sexual em ambientes escolares negligenciam o contexto sociocultural dos adolescentes. Monteiro defende que a sexualidade seja tratada como um fenômeno complexo, que ultrapassa os limites da saúde biomédica e se insere nas dinâmicas culturais, simbólicas e afetivas.

Embora não trate especificamente de sexualidade, Paulo Freire (1996) oferece importantes subsídios para uma abordagem emancipatória da educação sexual. O

autor propõe uma pedagogia baseada no diálogo, na escuta ativa e na problematização da realidade vivida pelos sujeitos, rompendo com o modelo bancário de ensino. A educação, em sua concepção, deve reconhecer o educando como sujeito de saber e experiência, condição indispensável para uma prática educativa verdadeiramente libertadora.

Dessa forma, uma educação sexual crítica e ética, fundamentada nos princípios da pedagogia freireana e nas contribuições de autores como Louro, Junqueira e Monteiro, deve priorizar o reconhecimento das pluralidades identitárias, o respeito aos direitos humanos e o combate às estruturas de opressão que historicamente moldaram as práticas educativas no Brasil. Tal abordagem requer o enfrentamento das resistências institucionais e sociais, além do investimento na formação de educadores capazes de atuar com sensibilidade, conhecimento e compromisso com a justiça social.

#### **7.4 A interferência das crenças e ideologias religiosas sobre a educação sexual**

Os resultados obtidos na presente pesquisa indicam que, embora os adolescentes demonstrem interesse e necessidade de informações sobre sexualidade, o espaço escolar ainda encontra barreiras significativas para tratar do tema de maneira aberta, científica e crítica. Dentre os principais fatores que influenciam essa limitação, destaca-se a interferência de crenças religiosas, especialmente aquelas de cunho conservador, que moldam tanto a percepção de educadores quanto de famílias sobre o que deve ou não ser discutido no ambiente escolar.

Conforme observado no estudo de Ribeiro et al. (2021), em contextos rurais — onde há forte presença de valores tradicionais e religiosos — a sexualidade dos adolescentes tende a ser silenciada, sendo tratada como um assunto impróprio ou proibido. Esse silenciamento é reforçado pela moral religiosa presente nas comunidades, impedindo que os jovens tenham acesso a informações adequadas sobre o próprio corpo, saúde sexual e reprodutiva, o que os torna mais vulneráveis a riscos como infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e gravidez não planejada.

A atuação de grupos religiosos também se manifesta em nível macro, nas disputas sobre as políticas públicas educacionais. Como demonstrado por Miskolci (2015), discursos mobilizados por lideranças religiosas autodeclaradas "em defesa da família" têm sido centrais nas tentativas de barrar políticas de educação sexual e de diversidade de gênero, alegando que essas práticas promoveriam uma suposta "ideologia de gênero". Tais discursos, embora desprovidos de fundamentação científica, ganham espaço na mídia e no debate político, criando um ambiente hostil para iniciativas pedagógicas que buscam garantir direitos humanos, equidade de gênero e prevenção da violência sexual.

Essa problemática também aparece de forma evidente na pesquisa de Rodrigues et al. (2021), ao apontarem que adolescentes muitas vezes não compreendem as formas de violência sexual previstas em lei, especialmente no que se refere ao "estupro de vulnerável". Essa lacuna, segundo os autores, decorre da ausência de educação sexual sistemática e crítica nas escolas, resultado direto de uma censura moral que, por vezes, se fundamenta em concepções religiosas conservadoras internalizadas por educadores, gestores escolares e famílias.

A presença das religiões na sociedade brasileira tem impacto significativo em diversas esferas da vida social, especialmente na educação. No que diz respeito à educação sexual, observa-se uma forte interferência das crenças e ideologias religiosas, o que pode restringir o tratamento amplo, científico e inclusivo do tema no ambiente escolar. Historicamente, as instituições religiosas exerceram papel central na regulação dos corpos e da sexualidade, principalmente por meio de uma moral sexual baseada em valores como castidade, heteronormatividade e repressão aos desejos considerados "desviantes". Segundo Foucault (1988), o discurso sobre a sexualidade foi historicamente moldado por instituições como a Igreja, que transformaram o sexo em objeto de vigilância e controle, promovendo uma lógica de silenciamento e normatização.

No contexto escolar, essa influência se manifesta por meio de pressões exercidas por grupos religiosos sobre currículos, professores e políticas públicas, dificultando a abordagem de temas como diversidade sexual, identidade de gênero, métodos contraceptivos e direitos sexuais e reprodutivos. Conforme aponta Louro

(2008), a escola frequentemente reproduz discursos normativos de gênero e sexualidade, muitas vezes alinhados com valores religiosos que invisibilizam corpos e identidades dissidentes.

Além disso, a presença de ideologias religiosas conservadoras tem se intensificado no debate público, sobretudo a partir do avanço de movimentos políticos-religiosos que se opõem à chamada “ideologia de gênero” nas escolas. Esses movimentos, como afirma Ribeiro (2019), buscam restringir o debate sobre sexualidade e gênero, promovendo uma visão única, geralmente cristã e heteronormativa, que conflita com os princípios de uma educação laica, plural e emancipadora. A Constituição Federal de 1988 estabelece o princípio da laicidade do Estado, o que implica que a educação pública não deve se submeter a dogmas religiosos. No entanto, como observa Ghirardi (2020), essa separação entre religião e escola muitas vezes é ignorada na prática, especialmente em regiões onde o poder político e religioso se entrelaçam, comprometendo a implementação de uma educação sexual baseada em direitos humanos, ciência e respeito à diversidade.

Portanto, a interferência das crenças religiosas na educação sexual constitui um obstáculo à formação crítica e integral dos estudantes, sobretudo ao negar informações essenciais para a construção de uma vivência saudável da sexualidade e para o combate às violências de gênero. Superar essa barreira exige o fortalecimento do caráter laico da educação e a valorização de uma abordagem que reconheça a pluralidade dos sujeitos e respeite os direitos sexuais como parte dos direitos humanos. Diante disso, os dados da presente pesquisa convergem com os achados desses estudos ao evidenciar que a presença de discursos religiosos conservadores no ambiente escolar constitui um obstáculo à implementação efetiva da educação sexual como prática educativa emancipadora. Tais discursos não apenas limitam o acesso dos adolescentes à informação segura e qualificada, mas também contribuem para a manutenção de preconceitos e da desinformação sobre temas fundamentais ao seu desenvolvimento saudável.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste Trabalho de Conclusão de Curso foi, antes de tudo, um processo de aprendizado e amadurecimento. Ao longo desta caminhada, pude compreender a complexidade e a importância da educação sexual na vida dos adolescentes brasileiros, especialmente diante dos desafios sociais, culturais, religiosos e institucionais que atravessam a escola, os serviços de saúde e a vida cotidiana da juventude.

A adolescência é um período profundamente marcante no desenvolvimento humano. Trata-se de uma fase em que os sujeitos estão construindo sua identidade, conhecendo o próprio corpo e estabelecendo vínculos afetivos e sociais. Neste cenário, o acesso à informação qualificada e ao diálogo aberto sobre sexualidade é um direito fundamental. No entanto, como demonstrado ao longo deste estudo, esse direito ainda encontra muitos obstáculos para se tornar realidade no Brasil.

Os resultados apresentados mostram que a educação sexual nas escolas brasileiras, apesar de prevista em documentos oficiais como os Parâmetros Curriculares Nacionais e as diretrizes da Política Nacional de Saúde Integral de Adolescentes e Jovens, ainda é marcada por silêncios, resistências e abordagens limitadas. Em muitos casos, o tema é tratado apenas pelo viés biológico, focado na prevenção de doenças ou gravidez, sem considerar aspectos afetivos, sociais e culturais da sexualidade. Isso revela uma lacuna importante entre o que é proposto nas políticas públicas e o que de fato acontece nas práticas educativas.

A atuação dos professores e das instituições escolares é central neste processo. Muitos educadores demonstram insegurança ou falta de preparo para abordar temas relacionados à sexualidade, gênero e diversidade. Essa dificuldade está frequentemente associada à ausência de formação específica, ao medo de represálias por parte de famílias ou gestores e à influência de valores pessoais e religiosos. Como estudante de Saúde Coletiva, reconheço que esse cenário compromete não apenas o direito à educação sexual, mas também o direito à saúde, à dignidade e à liberdade dos adolescentes.

Um dos pontos que mais me marcou ao longo da pesquisa foi perceber como a interferência de crenças religiosas, sobretudo de cunho conservador, tem limitado as possibilidades de uma educação sexual ampla, crítica e inclusiva. A laicidade da educação, garantida pela Constituição Federal, precisa ser respeitada para que todos os estudantes, independentemente de suas crenças ou identidades, tenham acesso a informações seguras e a um ambiente escolar acolhedor.

Apesar das dificuldades, também encontrei experiências positivas. Algumas iniciativas relatadas nos artigos analisados mostram que é possível desenvolver práticas educativas transformadoras, desde que haja compromisso político, formação adequada e escuta ativa dos adolescentes. Oficinas, rodas de conversa, programas intersetoriais como o Programa Saúde na Escola e materiais pedagógicos inclusivos têm potencial para contribuir com a construção de uma educação sexual emancipadora.

Ao longo do curso de Saúde Coletiva, aprendi que cuidar da saúde não se resume ao atendimento clínico, mas envolve compreender os determinantes sociais que afetam o bem-estar das pessoas. A educação sexual, nesse sentido, é uma ação estratégica de promoção da saúde, prevenção de violências e fortalecimento da cidadania. Ela permite que os jovens façam escolhas informadas, desenvolvam sua autoestima, estabeleçam relações respeitosas e reconheçam seus direitos.

Por isso, este trabalho não termina aqui. Ele é um convite à continuidade da luta por uma educação sexual que respeite a diversidade, que dialogue com os saberes dos adolescentes e que enfrente os preconceitos que ainda marcam nossa sociedade. É preciso garantir que a escola cumpra seu papel de espaço formativo, protetivo e democrático, onde todos possam se expressar sem medo, se informar com responsabilidade e se desenvolver plenamente.

Concluo esta jornada com a certeza de que falar sobre sexualidade não é apenas um ato pedagógico — é um ato político, ético e de cuidado. É também um compromisso com um futuro mais justo, em que os adolescentes possam crescer com liberdade, respeito e dignidade. Como futura sanitária, levo comigo o dever de seguir promovendo a saúde de forma integral e humanizada, contribuindo para uma sociedade em que a informação, o afeto e o respeito caminhem juntos.

## 9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BLANKENHEIM, T.; RAMOS, N. F.; PIZZINATO, A.; COSTA, A. B. Intervenções educativas para aprendizagem acerca de sexualidade e gênero no Brasil: uma revisão de escopo. *Psicologia da Educação*, n. 53, p. 66–75, 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicoeduca/article/view/59985>. Acesso em: 27 de Maio de 2023.
2. BRASIL. Ministério da Educação. Gênero e diversidade sexual na escola: formação de professor@s em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Brasília: MEC; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 27 de Maio de 2023.
3. GHIRARDI, Regina. Religião e educação sexual: uma análise da tensão entre fé e ciência nas escolas brasileiras. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 41, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/es.234754>. Acesso em: 17 de julho de 2023.
4. MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; HEREDERO, Eladio Sebastian; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Sexualidade e educação sexual na formação do professor de ensino fundamental na Espanha: notas preliminares de pesquisa. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/72040830-12e6-4e82-b538-73a107a44f24/content>. Acesso em: 17 de julho de 2023.
5. RIBEIRO, Paula. O avanço do conservadorismo religioso e os impactos na política educacional brasileira. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 35, n. 2, p. 543–561, 2019. Disponível em : <https://doi.org/10.21573/vol35n2.2019.92790>. Acesso em: 18 de julho de 2023.
6. SANTOS, M. I. S.; AMARAL, M. A. Percepções de adolescentes sobre sexualidade e educação sexual. *Revista de Saúde Pública*, v. 38, n. 4, p. 523–529, 2004. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/6198/619866423006.pdf>. Acesso em: 3 de setembro 2023.

7. SFAIR, Sara Caram; BITTAR, Marisa; LOPES, Roseli Esquerdo. Educação sexual para adolescentes e jovens: mapeando proposições oficiais. *Saúde e Sociedade*, [S. l.], 10 out. 2014. DOI <https://doi.org/10.1590/S0104-12902015000200018>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/Bwt8JnymQL5zc9PHRrj6P4y/#>. Acesso em: 15 de setembro de 2023.
8. SALOMÃO, R.; IOSSI SILVA, M. A.; TEDESCHI CANO, M. A. Sexualidade do adolescente na percepção dos pais, sob a perspectiva de Foucault. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, v. 15, n. 3, p. 703–711, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fen/article/view/20978>. Acesso em: 12 de novembro 2023.
9. FERNANDES, C. Figuras da causação: sexualidade feminina, reprodução e acusações no discurso popular e nas políticas de Estado. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/2778>. Acesso em: 27 de Abril de 2024.
10. HEILBORN, M. L. et al. *O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Garamond / Fiocruz, 2006. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/6v9r6/pdf/heilborn-9788575413667.pdf>. Acesso em: 27 de Abril de 2024.
11. BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S.; MOTTA, F. L. Início da vida sexual na adolescência e relações de gênero: um estudo transversal em São Paulo, Brasil, 2002. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 21, n. 2, p. 499–507, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/dSGBdMzyWnPfSqBYC5T8yzD/>. Acesso em: 27 de Abril de 2024.
12. PESSOA, D. G. C.; NASCIMENTO SILVA, P. L. D. Adolescência, comportamento sexual e fatores de risco à saúde. *Revista de Saúde Pública*, v. 48, n. 1, p. 43–51, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/MD3fFkp4pTmFfRyMdxR4p3f/>. Acesso em: 02 de Maio de 2024.
13. SCHOR, N. Adolescência e contracepção: conhecimento e uso. 1995. Tese (Livredocência) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/6/tde-29042014-103407/>. Acesso em: 02 de Maio de 2024.

14. LUZ, R. T. et al. Sexualidade e saúde sexual de adolescentes: intersecção de demandas para o cuidado. *Revista de Enfermagem da UERJ*, v. 27, e37287, 2018. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/37287>. Acesso em: 10 de Maio de 2024.
15. CARNEIRO, R. F.; SILVA, N. C.; ALVES, T. A. et al. Educação sexual na adolescência: uma abordagem no contexto escolar. *Revista Políticas Públicas*, v. 14, n. 1, p. 104–108, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/2266>. Acesso em: 19 de Agosto de 2024.
16. FAIAL, L. C. M. et al. A escola como campo de promoção à saúde na adolescência: revisão literária. *Revista Pró-UniverSUS*, v. 7, n. 2, p. 22–29, 2016. Disponível em: <https://editora.universidadebrasil.edu.br/index.php/prouniversus/article/view/343>. Acesso em: 19 de Agosto de 2024.
17. SOUZA, P. H. de. A educação sexual e a educação para sexualidade voltadas para adolescentes: uma leitura discursiva das práticas sociais educativas sobre sexualidade na educação básica no Brasil e em Portugal à luz de Michel Foucault. *Humanidades & Inovação*, v. 8, n. 56, p. 384–396, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/6401>. Acesso em: 20 de Agosto de 2024.
18. BLANKENHEIM, Thaís et al. Intervenções educativas para aprendizagem acerca de sexualidade e gênero no Brasil: uma revisão de escopo. *Psicologia da Educação*, n. 53, p. 66-75, 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicoeduca/article/view/59985>. Acesso em: 20 de Agosto de 2024.
19. BRASIL, Marina Valentim; CÚNICO, Sabrina Daiana; COSTA, Angelo Brandelli. Gênero sob ataque: atravessamentos da suposta neutralidade política na pauta educacional brasileira. *Revista Estudos Feministas*, v. 30, n. 1, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n178360>. Acesso em: 24 de Agosto de 2024.

20. COSTA, Simoni Furtado da et al. Contradições acerca da violência sexual na percepção de adolescentes e sua desconexão da lei que tipifica o "estupro de vulnerável". *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 5, p. 1931-1940, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020255.18102018>. Acesso em: 24 de Agosto de 2024.
21. GARZON, Adriana Marcela Monroy; SILVA, Kênia Lara da. Silenciamento da sexualidade do adolescente no contexto rural. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 73, n. 4, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0432>. Acesso em: 01 de Setembro de 2024.
22. LEITE, Vanessa. "Em defesa das crianças e da família": Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos "conservadores" em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. *Cadernos Pagu*, n. 53, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201800530009>. Acesso em: 05 de Março de 2025.
23. MATTA, Thenessi Freitas et al. Diversidade sexual na escola: estudo qualitativo com estudantes do Ensino Médio do Município do Rio de Janeiro, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 5, p. 1919-1930, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020255.19012018>. Acesso em: 05 de Março de 2025.
24. MOTA, Rosana Santos et al. Sociodemographic and health situation of teenage students according to sex. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 73, suppl. 4, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0693>. Acesso em: 08 de Março de 2025.
25. PAIVA, Vera; ANTUNES, Maria Cristina; SANCHEZ, Mauro Niskier. O direito à prevenção a Aids em tempos de retrocesso: religiosidade e sexualidade nas escolas. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 23, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.180279>. Acesso em: 8 de Março de 2025.
26. RIZZON, Bruna Bazzi et al. Comportamento de risco para infecções sexualmente transmissíveis em estudantes do ensino médio. *Revista Brasileira de Enfermagem*,

- v. 73, suppl. 4, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0694>. Acesso em: 08 de Março de 2025.
27. SANTARATO, Nathalia et al. Caracterização das práticas sexuais de adolescentes. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 73, suppl. 4, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0695>. Acesso em: 20 de Março de 2025.
28. SANTOS, Jean Jesus; RAMOS, Mozer de Miranda; SANTOS, Elder Cerqueira. Escala de Crenças sobre Educação Sexual (ECES): evidências de validade no Brasil. *Psico-USF*, v. 25, n. 3, p. 489-500, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-82712020250308>. Acesso em: 10 de Maio de 2025.
29. TAQUETTE, Stella Regina et al. Prevalência de indicadores de saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes brasileiros: análise comparativa de pesquisa nacional de saúde do escolar 2015 e 2019. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 9, p. 4065-4076, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021269.13322021>. Acesso em: 10 de Maio de 2025.
30. VIEIRA, Márcia et al. Sexualidade na percepção de adolescentes estudantes da rede pública de ensino: contribuição para o cuidado. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 73, suppl. 4, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0696>. Acesso em: 29 de Maio de 2025.
31. BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes\\_nacionais\\_atencao\\_saude\\_adolescentes\\_jovens\\_promocao\\_saude.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_atencao_saude_adolescentes_jovens_promocao_saude.pdf). Acesso em: 31 de Maio de 2025.
32. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Global Accelerated Action for the Health of Adolescents (AA-HA!): Guidance to Support Country Implementation. *Genebra*: OMS, 2017. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241512343>. Acesso em: 19 DE Junho 2025.

33. BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico HIV/Aids 2023. Brasília: MS, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/aids/pt-br>. Acesso em: 10 de Junho de 2025.
34. BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB nº 4/1998. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília: MEC/CNE, 1998. Acesso em: 18 de Junho de 2025.